

# **Companhia Energética Amazonense**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2024 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Companhia Energética Amazonense

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Amazonense (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Amazonense em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

#### *Atividade pré-operacional*

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a qual menciona que a Companhia se encontra em fase pré-operacional, sendo as suas atividades mantidas por meio dos aportes de recursos dos seus acionistas. Consequentemente, qualquer interpretação ou análise dessas demonstrações financeiras devem levar em consideração essas circunstâncias.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 17 de março de 2025

*Deloitte Touche Tohmatsu*

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA

*Paulo Ferreira Silveira*

Paulo Ferreira Silveira  
Contador  
CRC nº 1 BA 028799/O-3

COMPANHIA ENERGÉTICA AMAZONENSE

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
<b>CIRCULANTES</b>				<b>CIRCULANTES</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	380.296	1.672	Fornecedores	8	12.302	575
Impostos a recuperar		6	-	Empréstimos e Financiamentos	9	3.749	-
Imposto de renda e Contribuição Social Recuperar		393	5	Obrigações sociais e trabalhistas	10	1.259	489
Instrumento Financeiro Derivativo	12	14.190	-	Obrigações tributárias	11	1.523	168
Outras contas a receber		4.437	385	Instrumentos Financeiros Derivativos	12	-	2.590
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>399.322</b>	<b>2.062</b>	<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>18.833</b>	<b>3.822</b>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>				<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Depósitos Bancários Vinculados	5	4.443	-	Empréstimos e Financiamentos	9	560.457	-
Tributos diferidos	6	-	3.042	Tributos Diferidos	6	2.028	-
Imobilizado	7	400.472	63.075	Adiantamento para futuro aumento de capital	13	-	10.092
Intangível		51	-	Instrumentos financeiros derivativos	12	-	1.330
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>404.966</b>	<b>66.117</b>	<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>562.485</b>	<b>11.422</b>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social		218.655	58.686
				Reservas de lucro		4.315	-
				Prejuízos acumulados		-	(5.751)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>	15	<b>222.970</b>	<b>52.935</b>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<b>804.288</b>	<b>68.179</b>	<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>804.288</b>	<b>68.179</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA AMAZONENSE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto o prejuízo básico e diluído por ação - em Reais)

---

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Gerais e Administrativas	17	(9.463)	(3.448)
Outras receitas operacionais, líquidas	17	59	25
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(9.404)	(3.423)
Receitas financeiras	18	31.216	508
Despesas financeiras	18	(6.676)	(5.877)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		15.136	(8.792)
Imposto de Renda e Contribuição Social	16	(5.070)	3.042
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		10.066	(5.750)
Prejuízo básico e diluído por lote de ações		0,044	0,098

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

COMPANHIA ENERGÉTICA AMAZONENSE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

---

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo do exercício	10.066	(5.750)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>10.066</u>	<u>(5.750)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA AMAZONENSE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucro (Prejuízos) acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva de Lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		10	-	-	(1)	9
Integralização de Capital	15	58.676	-	-	-	58.676
Prejuízo do exercício	15	-	-	-	(5.750)	(5.750)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		58.686	-	-	(5.751)	52.935
Integralização de Capital	15	159.969	-	-	-	159.969
Lucro do exercício	15	-	-	-	10.066	10.066
Destinação do lucro:						
Complemento de reservas de lucros retidos		-	503	3.812	(4.315)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		<u>218.655</u>	<u>503</u>	<u>3.812</u>	<u>-</u>	<u>222.970</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



COMPANHIA ENERGÉTICA AMAZONENSE

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro (Prejuízo) do exercício		10.066	(5.750)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	17	51	3
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	7	-	1.494
Variação cambial líquida		(348)	-
Rendimento de depósitos bancários vinculados		(306)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		5.070	(3.042)
(Ganho) Perda instrumentos financeiros derivativo	12	(18.110)	3.920
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar		(394)	(5)
Outras contas a receber		(4.052)	(385)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		-	164
Obrigações tributárias		1.355	168
Obrigações sociais e trabalhistas		770	489
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(5.898)</u>	<u>(2.944)</u>
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos		(13.911)	-
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisição de imobilizado		(306.326)	(64.161)
Aplicações financeiras e depósitos bancários vinculados		<u>(4.137)</u>	-
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento		<u>(324.374)</u>	<u>(64.161)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	9	578.010	-
Custo de captação adicionado	9	(18.991)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	13	-	10.091
Integralização de capital social	15	<u>149.877</u>	<u>58.676</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>708.896</u>	<u>68.767</u>
<b>AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u><u>378.624</u></u>	<u><u>1.662</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1.672	10
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	380.296	1.672
<b>AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u><u>378.624</u></u>	<u><u>1.662</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Aos Senhores Acionistas,**

A Administração da Companhia Energética Amazonense (“Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos senhores seu Relatório Anual, contendo uma síntese dos fatos ocorridos e julgados relevantes, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

## **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A Companhia é controlada pela Global Participações em Energia S.A. (“GPE”), uma holding do Grupo Global que controla diversas usinas termelétricas e PCHs, atuando no setor elétrico em todo o território nacional.

A UTE Manaus I estará situada na cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, tendo por objetivo a geração de energia elétrica para fornecimento ao submercado Norte. A motivação para implantação da Usina decorre do Leilão de Energia de Reserva de Capacidade na Forma de Energia de 2022 (LRCE 2022), realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 30 de setembro de 2022, visando a contratação de empreendimentos de geração térmica movidos a gás natural para as regiões Norte e Nordeste.

A UTE Manaus I recebeu outorga através da portaria Nº 2.349/SPTE/MME, de 10 de julho de 2023, na qual foi autorizado o estabelecimento da Companhia Energética Amazonense como produtor independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Termelétrica denominada Manaus I, no Município de Manaus, Estado de Amazonas, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UTE.GN.AM.035316-7.01, com 162.905 kW de capacidade instalada e 155.500 kW médios de garantia física de energia, cujas características técnicas foram alteradas por meio do Despacho Aneel Nº 095, de 15 de janeiro de 2024, constituída por duas unidades turbogeradoras a gás de 57.393 kW em ciclo combinado com uma unidade turbogeradora a vapor de 48.119 kW, utilizando gás natural como combustível principal.

### Sustentabilidade Corporativa

O Grupo Global adota estratégias voltadas para a sustentabilidade socioambiental, alinhando-se às diretrizes do conceito ESG (“*Environmental, Social and Governance*”). A Companhia investe continuamente no aprimoramento de sua Governança Corporativa, promovendo uma gestão preventiva e mitigadora de riscos operacionais e organizacionais.

Como parte de seu compromisso com a transparência e a responsabilidade socioambiental, o Grupo Global elabora e divulga anualmente, em seu portal institucional, o Relatório de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro da GPE referente ao ano anterior. Esse relatório traz as ações adotadas pelo Grupo para promover a harmonia entre os aspectos sociais, ambientais e econômicos.

### DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2023, a Companhia deu início à implantação do projeto na Zona Industrial de Manaus. O empreendimento está localizado em um terreno de propriedade do Grupo Global, com área total de 227 mil m<sup>2</sup>, dos quais aproximadamente 70 mil m<sup>2</sup> serão utilizados para sua implementação.

A execução total do empreendimento até 31 de dezembro de 2024 alcançou 33,56%, pouco abaixo do previsto, mas dentro das metas estabelecidas no Plano de Execução do Projeto.

## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes refletem de forma fidedigna os controles adotados e os valores contabilizados pela Companhia, registrando de maneira objetiva todos os riscos e contingências associadas ao negócio.

### Informações sobre o Investimento e Captação de Recursos

Durante o exercício, a Companhia realizou um significativo esforço de investimento para a construção e desenvolvimento de sua infraestrutura, com foco na preparação para o início de suas operações. O montante total de investimento realizado até a data das demonstrações financeiras é de R\$ 399,842 milhões, que foi alocado nas seguintes áreas:

- **Infraestrutura Física e Construção:** R\$ 170,360 milhões, destinados à construção das instalações da Companhia, incluindo a adequação de terrenos e instalações necessárias para abrigar as operações da companhia.
- **Aquisição de Equipamentos e Tecnologia:** R\$ 229,482 milhões, usados para adiantamentos a fornecedores na compra de equipamentos essenciais para o funcionamento da companhia, incluindo a unidade turbogeradora a vapor.

Além disso, a empresa obteve recursos no mercado, por meio do Banco do Brasil S.A. (agente operador do Fundo de Desenvolvimento Amazonas (FDA)), com um valor total contratado de R\$ 499.811, conforme descrito no Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº 343.401.674 e por meio do Banco da Amazônia (BASA) via Programa do FNO Amazônia Infraestrutura, com um valor total contratado de R\$ 500.000, conforme descrito na Cédula de Crédito Bancário nº 24/0008-7, os quais têm sido utilizados para financiar as etapas de construção e garantir a continuidade do projeto.

Os principais indicadores econômico-financeiros do exercício de 2024 são os seguintes:

**Custos e Despesas Operacionais:** R\$ 9,332 milhões (R\$ 3,488 milhões em 2023), incremento decorrente do início da implantação da UTE.

**Lucro do Exercício:** R\$ 10,066 milhões (R\$ 3,423 milhões em 2023), variação atribuída aos Contratos de Negociação de Termo de Moeda, firmados em 2023, para proteção contra exposição cambial, no montante de US\$ 34.662 (R\$ 165.278, conforme conversão dos valores pactuados).

**Capital de Giro:** Capital Circulante Líquido positivo de R\$ 380,489 milhões (positivo em R\$ 1,760 milhões em 2023), variação explicada pelo aporte de recursos de agentes financiadores do empreendimento.

**Disponibilidades (caixa e aplicações financeiras):** R\$ 380,296 milhões (R\$ 1,672 milhões em 2023).



## **AGRADECIMENTOS**

A Administração da Companhia agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e comunidades das áreas de atuação pelo suporte e confiança depositados ao longo do exercício social de 2024. Agradece, também, de forma especial, a dedicação e competência de seus colaboradores, fundamentais para o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos.

Manaus (AM), 17 de março de 2025.

**Jones Aranha de Sá**

Presidente do Conselho de Administração

## COMPANHIA ENERGÉTICA AMAZONENSE

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de R\$ - Reais)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 10 de outubro de 2022, com sede em Manaus, Estado do Amazonas. Seu objeto social inclui a operação e exploração da usina geradora de energia termelétrica UTE Manaus I, ora em construção, a comercialização da energia gerada pelo empreendimento sob a forma de Produtor Independente de Energia Elétrica, bem como a aquisição de gás natural e outros insumos necessários ao seu processo produtivo para fornecimento de energia elétrica à Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”).

A UTE Manaus I foi vencedora do 2.º Leilão de Reserva de Capacidade sob a forma de Energia (“LRCE”), realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 30 de setembro de 2022. O empreendimento prevê uma receita fixa de R\$ 552,8 milhões por ano (data-base: setembro de 2022), com reajuste anual pelo IPCA, conforme estabelecido no Edital e nas regras do leilão. A Companhia encontra-se em fase de construção, recebendo aportes da controladora para cumprir suas obrigações, com previsão de início da operação comercial em 31 de dezembro de 2026 e contrato de venda de energia com vigência de 15 anos.

A operação da usina utilizará gás natural local, produzido pela Petrobras na Bacia Amazônica, transportado até Manaus pela Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG), através do gasoduto Urucu-Coari-Manaus. A distribuição até a área da Usina será feita pela Companhia de Gás do Amazonas (Cigás).

Os montantes a receber de energia serão administrados pela CCEE. O contrato do empreendimento (CER-D N.º 464/2022) segue os padrões do ambiente regulado de comercialização de energia de reserva, o que confere baixíssimo risco de inadimplência.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), incluindo a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além das normas da Aneel, quando estas não forem conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### Autorização para emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 17 de março de 2025, considerando todos os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem impactar os demonstrativos.

#### Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico.

#### Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir das estimativas contábeis realizadas.

### 3. SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

#### Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

#### Instrumentos financeiros

##### *Reconhecimento e mensuração inicial*

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

*Ativos financeiros*

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

*Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio*

A Companhia avalia anualmente o objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. São considerados:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Incluem-se ainda questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a maneira como tais riscos são gerenciados.

*Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

O “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa são somente pagamentos do principal e de juros. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

*Passivos financeiros*

Todos os passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia mantinha os instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado.

### *Custo amortizado*

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa mantidos pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

### *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensação e intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### Empréstimos, financiamentos e debêntures

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

### Imobilizado

#### *Reconhecimento e mensuração*

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável.

#### *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.



### Imposto de renda e contribuição social - Correntes

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

As alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 para IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido. Além disso, é considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

### Imposto de renda e contribuição social – Diferidos

#### *Ativos e passivos fiscais diferidos*

São reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos resultados projetados da Companhia.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

### Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto do fluxo de caixa futuro estimado a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Uma provisão deve ser reconhecida quando a Companhia:

- a) tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação;
- c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que estão de acordo com o contexto operacional e financeiro da Companhia e suas controladas são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras	<p><u>Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes</u>: As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.</p> <p><u>Passivo Não Circulante com Covenants</u>: Apenas <i>covenants</i> que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório. Esses <i>covenants</i> afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do <i>covenants</i> é avaliado apenas após a data do relatório. O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um <i>covenant</i> após o período de relatório.</p>
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	A Responsabilidade de Locação numa Venda e Relocação (Emendas à IFRS 16) exige que um vendedor-locatário mensure subsequentemente os passivos de locação decorrentes de uma relocação de uma forma que não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda relacionada com o direito de utilização que retém. Os novos requisitos não impedem que um vendedor-locatário reconheça nos lucros ou prejuízos qualquer ganho ou perda relacionado com a rescisão parcial ou total de um contrato de locação.
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e; CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação	A entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez.

No exercício corrente a Companhia aplicou uma série de alterações aos Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1.º de janeiro de 2024. A sua adoção não teve efeito significativo nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

## b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2025:

Norma	Descrição da Alteração
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras consolidadas.
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Alterações em situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i> . Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou <i>joint venture</i> .
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Divulgação nas demonstrações contábeis de informações que permitam que os usuários avaliem a significância do instrumento financeiro e a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros ao fim do período contábil.
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Apresentação de informações pertinentes e úteis aos usuários das demonstrações contábeis para avaliação dos valores, época e incerteza dos fluxos de caixa futuros da entidade.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas alterações acima listadas, já emitidas e ainda não aplicáveis. A Administração não espera que a adoção dessas normas tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e bancos	41.527	37
Aplicações financeiras de alta liquidez	338.769	1.635
Total	<u>380.296</u>	<u>1.672</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se a Operações Compromissadas com taxa de 93% da remuneração dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) (70% da CDI em 2023).

## 5. DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Banco da Amazônia S.A. - BASA	<u>4.443</u>	<u>-</u>

Refere-se a aplicação financeira de longo prazo, vinculada ao pagamento de juros e parcelas do financiamento com o Banco da Amazônia S.A., conforme nota explicativa n.º 8, lastreadas em CDB remuneradas à taxa equivalente a 93% do CDI. Parte dos recursos aplicados será resgatável em exercícios futuros e os respectivos valores foram classificados no ativo não circulante.

## 6. TRIBUTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os tributos diferidos contabilizados no passivo tinham a seguinte origem:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízos fiscais e base negativa	2.572	1.645
Participação nos lucros e resultado	225	64
Instrumento Financeiro Derivativo	<u>(4.825)</u>	<u>1.333</u>
Total	<u><u>(2.028)</u></u>	<u><u>3.042</u></u>
Tributos Diferidos Ativos	-	3.042
Tributos Diferidos Passivos	2.028	-

Os tributos diferidos ativos, relacionados ao prejuízo fiscal, à base de cálculo negativa de CSLL e às diferenças temporárias sobre instrumentos financeiros, foram reconhecidos em conformidade com o CPC 32. Considerando que a Companhia iniciará suas operações no final de 2026, o exercício de 2027 foi adotado como referência para a realização dos impostos diferidos.

## 7. IMOBILIZADO

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Adiantamento a Fornecedores	Imobilizado em curso	Veículos	Capitalização de juros	Total
Taxa de depreciação anual	10%	(*)	20%	-	-	-	-	
<u>Custo corrigido</u>								
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	28	2	37	38.689	25.816	-	-	64.572
Baixa	-	-	(3)	-	(1.491)	-	-	(1.494)
Transferências	(3)	3	3	-	(3)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	25	5	37	38.689	24.322	-	-	63.078
Adições	137	311	197	190.793	126.827	76	19.098	337.439
Transferências	-	(113)	-	-	113	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	162	203	234	229.482	151.262	76	19.098	400.517
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	(1)	-	(2)	-	-	-	-	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(1)	-	(2)	-	-	-	-	(3)
Adições	(9)	(7)	(25)	-	-	(1)	-	(42)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(10)	(7)	(27)	-	-	(1)	-	(45)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2024	152	196	207	229.482	151.262	75	19.098	400.472
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2023	24	5	35	38.689	24.322	-	-	63.075

(a) Em julho de 2023, foi firmado contrato com a Siemens para a aquisição de turbinas no valor de U\$ 60.223 (equivalente a R\$ 285.511 com base na taxa de câmbio de 31 de julho de 2023). Na mesma ocasião, foi realizado o primeiro adiantamento contratual no montante de R\$ 38.576.

## 8. FORNECEDORES

	31/12/2024	31/12/2023
Mat Mundial Agencia de Turismo Ltda.	-	82
Usemix Concreto Ltda.	-	120
WS Serviços Elétricos e Edificações Ltda.	-	109
Arcoma da Amazônia	1.051	-
CCRG Equipamentos	6.522	-
Ruhrpumpen do Brasil	1.275	-
Outros fornecedores	3.454	264
<b>Total</b>	<b>12.302</b>	<b>575</b>

## 9. EMPRÉSTIMOS

	Taxas efetiva	Encargos	Circulante	Não Circulante	31/12/2024	31/12/2023
Banco da Amazônia S.A. (a)	FAM+6,07% a.a.	1.765	-	416.638	418.403	-
(-) Custos de transação		-	(564)	(8.964)	(9.528)	-
Subtotal		1.765	(564)	407.674	408.875	-
SUDAM (b)	FAM+5,0235% a.a.	3.087	-	161.372	164.459	-
(-) Custos de Transação		-	(539)	(8.589)	(9.128)	-
Subtotal		3.087	(539)	152.783	155.331	-
<b>Total</b>		<b>4.852</b>	<b>(1.103)</b>	<b>560.457</b>	<b>564.206</b>	<b>-</b>
Circulante		4.852	(1.103)	-	3.749	-
Não circulante		-	-	560.457	560.457	-
<b>Total</b>		<b>4.852</b>	<b>(1.103)</b>	<b>560.457</b>	<b>564.206</b>	<b>-</b>

- (a) Em 27 de março de 2024, foi celebrado o contrato de Cédula de Crédito Bancário (CCB) no valor de R\$ 500.000, com primeiro desembolso em 15 de julho de 2024 no valor de R\$ 163.731 e segundo desembolso em 27 de agosto de 2024 no valor de R\$ 252.906, e saldo remanescente previsto para o segundo semestre de 2025. O financiamento está sujeito a juros fixos de 6,1486% a.a. e juros variáveis equivalentes ao FAM, conforme metodologia definida pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 5.013, de 28/04/2022, com bônus por adimplência de 15%. As amortizações ocorrerão mensalmente a partir de maio de 2028.

Garantias

- I) Carta(s) de Fiança Bancária, garantindo 100% do crédito concedido, proporcionalmente à participação do FIADOR no montante total de R\$ 500.000
- II) Constituição de Conta Reserva, a partir de julho de 2027, no valor de R\$ 30.000, com saldo mínimo equivalente a 6% (seis por cento) do valor liberado. Esse saldo será formado com depósitos mensais de 1/6 do valor total, até a liquidação integral das obrigações.

- (b) Em 28 de junho de 2024, foi assinado o contrato de abertura de crédito fixo no valor de R\$ 499.811, com primeiro desembolso em 25 de outubro de 2024 no valor de R\$ 161.372, com saldo remanescente a ser desembolsado até dezembro de 2026. O financiamento tem incidência de juros fixos de 5,0235% a.a. e juros variáveis equivalentes ao FAM, conforme metodologia definida pela Resolução do CMN n.º 4.960, de 21/10/2021. As amortizações ocorrerão semestralmente a partir de junho de 2028.

#### Garantias

- I) Alienação fiduciária de ações da Financiada (“Alienação Fiduciária de Ações”), conforme previsto no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;
- II) Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos da Financiada no âmbito do Projeto (“Alienação Fiduciária de Equipamentos”), conforme Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos; e
- III) Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios, presente e futuros, da Financiada no âmbito:
  - (i) dos Contratos do Projeto;
  - (ii) dos recursos de tempos em tempos depositados nas Contas Vinculadas, bem como as aplicações e investimentos deles decorrentes e vinculados;
  - (iii) dos Seguros do Projeto;
  - (iv) de quaisquer outras receitas da Financiada relacionadas ao Projeto, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.
- IV) Fiança corporativa da GPE.

Movimentação dos empréstimos em 31 de dezembro de 2024.

	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-
Captação de empréstimos	578.010
Juros e variações monetárias provisionadas	18.763
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(13.911)
Pagamento dos custos de captação	(18.991)
Amortização dos custos de captação	335
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>564.206</u>

O cronograma de desembolsos dos contratos é o seguinte:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
2028	48.545	-
2029 em diante	511.912	-
Total	<u>560.457</u>	<u>-</u>

Covenants

A partir de 2027, o contrato inclui cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento, conforme apresenta ao seguir:

ICSD Conclusão Financeira	no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a ser apurado anualmente, conforme metodologia prevista no Contrato, a partir de 2027.
ICSD Dividendos	no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a ser apurado anualmente, conforme metodologia prevista no Contrato, a partir de 2027
ICSD Mínimo	no mínimo, 1,3 (um inteiro e três décimos), a ser apurado anualmente, conforme metodologia prevista no Contrato, a partir de 2027.

## 10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão PLR	924	411
Provisão Férias	134	11
INSS Folha	98	34
IRRF Folha	72	24
FGTS	31	9
Total	<u>1.259</u>	<u>489</u>

## 11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
INSS serviços de terceiros	942	30
PIS - Programa de integração social	21	-
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	129	-
IRRF serviços de terceiros	-	55
PIS/COFINS/CSLL retidos	11	17
Outros tributos a recolher	420	66
Total	<u>1.523</u>	<u>168</u>



## 12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Ativo</u>		
Contratos para proteção de outras operações:		
Contratos de câmbio a termo	14.190	-
Total	<u>14.190</u>	<u>-</u>
<u>Passivo</u>		
Contratos para proteção de outras operações:		
Contratos de câmbio a termo	-	3.920
Total	<u>-</u>	<u>3.920</u>
Circulante	14.190	2.590
Não Circulante	-	1.330
Resultado	<u>18.110</u>	<u>(3.920)</u>

Resumo da Movimentação no Resultado

<u>31/12/2024</u>		<u>31/12/2023</u>	
Expectativa de Ganho na liquidação	14.190	Expectativa de Ganho na liquidação	-
Expectativa de Perda na liquidação	-	Expectativa de Perda na liquidação	(3.920)
Reversão expectativa de Perda	<u>3.920</u>	Reversão expectativa de Perda	-
Resultado	<u>18.110</u>	Resultado	<u>(3.920)</u>

Em julho de 2023, foi firmado contrato com a Siemens para compra de turbinas no valor de US\$ 60.223 (equivalente a R\$ 285.511, considerando a taxa de câmbio de 31 de julho de 2023). Na mesma ocasião, foi realizado o primeiro adiantamento contratual no montante de R\$ 38.576. Para mitigar a exposição cambial do saldo remanescente, foram celebrados Contratos de Negociação de Termo de Moeda no montante de US\$ 34.662 (R\$ 165.278, valor convertido conforme os contratos), com vencimento final em 30 de julho de 2025. O resultado dessa operação é transitório, representando o ganho ou perda estimada na data das demonstrações. Com a alta do dólar a perda estimada em 2023 (R\$ 3.920) foi revertida gerando uma expectativa de ganho em 2025 de R\$ 14.190. Considerando a reversão do ano anterior mais a expectativa de ganho na data de encerramento do balanço o efeito no resultado é de R\$ 18.110.

## 13. PARTES RELACIONADAS

A Companhia faz parte do Grupo Global e sua controladora é a Global Participações em Energia S.A.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>		
Global Participações em Energia S.A.	-	10.092
Total	<u>-</u>	<u>10.092</u>

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários do Conselho de Administração são fixados em assembleia geral de acionistas, enquanto a remuneração individualizada da diretoria executiva, tanto fixa quanto variável, é determinada pelo Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2024, os honorários pagos à Administração totalizaram R\$ 2.213, sendo R\$ 1.823 referentes à remuneração fixa e R\$ 390 à remuneração variável. Em 31 de dezembro de 2023, os honorários totalizaram R\$ 771, sendo integralmente remuneração fixa.

A Companhia não concede benefícios de longo prazo ou opções de ações ao pessoal-chave da Administração.

14. PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

A Companhia revisa periodicamente seus processos judiciais com base em fundamentos jurídicos, com o objetivo de avaliar e classificar os riscos envolvidos. Essa avaliação segue as categorias de probabilidade de ocorrência: prováveis, possíveis e remotas, conforme análise de seus assessores jurídicos.

Atualmente, a Companhia não tem processos judiciais que demandem a constituição de provisões para contingências, tampouco processos classificados como risco de perda provável. Os processos classificados como possíveis, quando existentes, são divulgados nesta nota.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia totalizou R\$ 230.000, dividido em 230.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Do total emitido, R\$ 218.655 já foram integralmente pagos, restando um saldo a integralizar de R\$ 11.345. A composição acionária e sua movimentação seguem conforme demonstrado abaixo:

Acionista	Quantidade de ações	%
Global Participações em Energia S.A.	230.000.000	100%
Total	230.000.000	100%

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

	Capital Social
31 de dezembro de 2022	10
Integralização de capital	58.676
31 de dezembro de 2023	58.686
Integralização de Capital	159.969
31 de dezembro de 2024	218.655

Em 7 de agosto de 2023 foi proposto e aprovado em assembleia geral extraordinária aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 38.928.018,00 (trinta e oito milhões novecentos e vinte e oito mil e dezoito reais) em moeda corrente e legal do País, mediante a emissão de 38.928.018 (trinta e oito milhões novecentos e vinte e oito mil e dezoito) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, totalizando R\$ 39.028,018,00 (trinta e nove milhões vinte e oito mil e dezoito reais).

Em 30 de novembro de 2023 foi proposto e aprovado em assembleia geral extraordinária aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 19.658.170,00 (dezenove milhões seiscentos e cinquenta e oito mil cento e setenta reais) em moeda corrente e legal do País, mediante a emissão de 19.658.170 (dezenove milhões seiscentos e cinquenta e oito mil cento e setenta) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, totalizando R\$ 58.686.188,00 (cinquenta e oito milhões seiscentos e oitenta e seis mil cento e oitenta e oito reais).

Em 16 de abril de 2024, foi proposto e aprovado em assembleia geral extraordinária aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 141.313.812,00 (cento e quarenta e um milhões trezentos e treze mil oitocentos e doze reais), mediante a emissão de 101.313.812 (cento e um milhões trezentos e treze mil oitocentos e doze) ações ordinárias e 40.000.000 (quarenta milhões) de ações preferenciais, todas nominativas sem valor nominal, totalizando R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

Em 14 de agosto de 2024, foi proposto e aprovado em assembleia geral extraordinária aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), mediante a emissão de 24.000.000 (vinte e quatro milhões) ações ordinárias nominativas e de 6.000.000 (seis milhões) ações preferenciais nominativas, todas sem valor nominal, totalizando R\$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais).

Assim, o capital social da Companhia é de R\$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais), dividido em 184.000.000 (cento e oitenta e quatro milhões) de ações ordinárias e 46.000.000 (quarenta e seis milhões) de ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

#### Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei n.º 6404/76, até o limite de 20% do capital social. Após essa destinação, o saldo remanescente, sem limite estabelecido, será aplicado conforme deliberação da Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2024, foi constituída reserva legal no valor de R\$ 503 (em 2023, devido à apuração de prejuízo, não houve constituição de reserva legal).

#### Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação

O resultado por ação é calculado pela relação entre o resultado do período e a média ponderadas de ações ordinárias em circulação no período, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	10.066	(5.750)
Média de ação por lote de mil	<u>230.000</u>	<u>58.686</u>
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações - R\$	<u>0,044</u>	<u>(0,098)</u>

A Companhia não dispõe de instrumentos diluidores e por isso o lucro por ação básico e diluído são iguais.

Dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia outorga a seus acionistas o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da legislação societária. Em 2024, a Companhia apurou lucro em função da contabilização do ganho relacionado aos Contratos de Negociação de Termo de Moeda para proteção da exposição cambial. No entanto, por essa razão, não será calculado o dividendo mínimo obrigatório para o exercício.

## 16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação do efeito calculado pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e os valores refletidos no resultado do exercício está demonstrada como segue:

<u>CEA</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15.136	(8.792)
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	(5.146)	2.989
Diferenças temporárias e permanentes:		
Adições (PLR e variação cambial negativa)	(107)	(45)
Demais adições e exclusões	183	98
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(5.070)</u>	<u>3.042</u>
Taxa Efetiva	33,50%	34,60%

## 17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Custos e despesas com pessoal e administradores	(5.724)	(1.643)
Depreciação e amortização	(51)	(3)
Custos com manutenção e operação	(89)	(36)
Despesas com viagens e comunicações	(674)	(601)
Serviços de terceiros	(451)	(15)
Assessoria e consultoria	(2.067)	(1.090)
Tributos	(13)	-
Outras despesas (receitas)	(335)	(35)
Total	<u>(9.404)</u>	<u>(3.423)</u>
Classificados como:		
Despesas gerais e administrativas	(9.463)	(3.448)
Outras receitas operacionais, líquidas	59	25
Total	<u>(9.404)</u>	<u>(3.423)</u>

## 18. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	483	396
PIS e COFINS sobre receita financeira	(1.005)	(19)
Variações cambiais positivas	31.729	131
Outras receitas financeiras, líquidas	9	-
Subtotal	<u>31.216</u>	<u>508</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Variações cambiais negativas	(6.651)	(5.483)
Outras despesas financeiras, líquidas	(25)	(394)
Subtotal	<u>(6.676)</u>	<u>(5.877)</u>
Total	<u><u>24.540</u></u>	<u><u>(5.369)</u></u>

## 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados a valor justo, se o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo.

CEA

	<u>31/12/2024</u>		<u>31/12/2023</u>		
	<u>CA</u>	<u>VJR</u>	<u>CA</u>	<u>VJR</u>	
<u>Ativos financeiros</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	380.296	-	1.672	-	Nível I
Depósito Bancário Vinculado	4.443	-	-	-	Nível I
Instrumentos financeiros derivativos	-	14.190	-	-	Nível I
Outras contas a receber	4.437	-	385	-	Nível I
<u>Total</u>	<u><u>389.176</u></u>	<u><u>14.190</u></u>	<u><u>2.057</u></u>	<u><u>-</u></u>	
<u>Passivos financeiros</u>					
	<u>31/12/2024</u>		<u>31/12/2023</u>		
	<u>CA</u>	<u>VJR</u>	<u>CA</u>	<u>VJR</u>	
Fornecedores	12.302	-	575	-	Nível I
Empréstimos e financiamentos	564.206	-	-	-	Nível I
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	3.920	Nível I
Total	<u><u>576.508</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>575</u></u>	<u><u>3.920</u></u>	

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

### Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia está exposta a riscos provenientes de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, os principais riscos identificados são: risco de crédito, de liquidez e de mercado.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos, sendo suas políticas voltadas à identificação e análise dos riscos, definição de limites e controles apropriados, além do monitoramento contínuo para garantir a conformidade com as diretrizes estabelecidas. Essas políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia busca manter um ambiente disciplinado e controlado, garantindo que seus empregados tenham plena consciência de suas atribuições e obrigações. A Controladoria supervisiona o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, avaliando continuamente a adequação da estrutura adotada.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco a seguir, porém não são afetadas por eles:

#### Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia encontrar dificuldades para cumprir suas obrigações financeiras. O objetivo da gestão de liquidez é garantir, na medida do possível, que haja recursos suficientes para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais quanto em cenários de estresse, evitando perdas significativas ou impactos na reputação.

A administração da liquidez é conduzida de forma a assegurar que a Companhia sempre disponha de recursos para honrar seus passivos financeiros nos prazos estabelecidos.

A tabela a seguir analisa passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

<u>Passivos financeiros</u>	<u>2025</u>	<u>2027</u> em diante
Fornecedores	12.302	-
Empréstimos e Financiamentos	-	564.206
Total	<u>12.302</u>	<u>564.206</u>

#### Risco de mercado

O risco de mercado decorre das oscilações em taxas de câmbio e juros, que podem impactar os ganhos da Companhia e o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar e mitigar suas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, maximizando os retornos financeiros.

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas ou ganhos por conta das flutuações no câmbio no resultado financeiro, relativas à aquisição de peças em outras moedas.

#### *Taxa de câmbio*

O risco cambial advém da possibilidade de perdas decorrentes das flutuações nas cotações de moedas estrangeiras. No entanto, a Companhia não tem compromissos significativos de compras em moeda estrangeira. Em 2024, obteve uma variação cambial líquida positiva de R\$ 25.078 (em 2023, a variação foi de R\$ 1.563).

#### *Taxa de juros*

O risco de taxa de juros está relacionado a possíveis perdas decorrentes de variações nos indexadores das dívidas, que podem aumentar as despesas financeiras com empréstimos e financiamentos ou reduzir a receita financeira das aplicações da Companhia. Para mitigar esse risco, a Companhia tem buscado negociar empréstimos de longo prazo com taxas adequadas ao retorno esperado do negócio, além de concentrar seus investimentos em operações com rentabilidade próxima ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

#### *Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros*

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade da exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2024, considerando uma variação de 10%.

A análise considera que os instrumentos financeiros permaneceram em aberto durante todo o exercício seguinte, com um rendimento esperado conforme as taxas vigentes em 31 de dezembro de 2024. O percentual de 10% foi definido como referência para a sensibilidade das taxas de juros, sendo utilizado internamente pela Administração para avaliação dos riscos relacionados ao CDI.

Um número negativo indica redução no resultado e no patrimônio caso as taxas de juros diminuam em 10%, mantendo-se as demais variáveis constantes. Um aumento nas taxas de juros no mesmo percentual, teria um impacto positivo equivalente no resultado e no patrimônio líquido.

<u>Saldo de aplicação financeira</u>	<u>CDI em 31/12/24</u>	<u>Variação de 10% do CDI</u>	<u>Efeito no resultado e no patrimônio líquido</u>
338.769	12,15%	10,94%	(4.116)

#### *Gestão do capital*

A Administração gerencia o capital com o intuito de garantir a continuidade das operações da Companhia e maximizar o retorno aos seus acionistas, por meio da otimização da estrutura de capital e dívida.

O patrimônio líquido inclui capital social e reservas, conforme descrito na nota explicativa n.º 11.

A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo gerenciada por meio de ferramentas de controle, planejamento e orçamento.

#### *Política de preços (ambiente regulatório)*

A Companhia não dispõe de mecanismos de proteção contra riscos regulatórios, mas entende que qualquer alteração nos contratos vigentes deverá contar com a anuência das partes envolvidas.

*Quanto à escassez de combustível*

A geração de energia da Companhia é por meio de uma UTE (Usina Termelétrica). Um cenário extremo de escassez de gás natural poderia impactar a receita e acarretar penalidades impostas pela CCEE. No entanto, considerando a disponibilidade local de gás natural, a Companhia avalia que esse risco é mínimo.

*Instrumentos financeiros derivativos*

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia assinou Contratos de Negociação de Termo de Moeda no montante de US\$ 34.662 (R\$ 165.278, conforme conversão contratual), com vencimento final em 30 de julho de 2025. A Companhia não fez novas contratações em 2024 e pretende contratar a proteção cambial do saldo remanescente até dezembro de 2025.

20. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia dispunha de contratos de longo prazo firmados com a Siemens para fornecimento das turbinas a gás e a vapor, totalizando R\$ 272.171, com vencimento até 30 de dezembro de 2026.

21. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A seguir estão relacionadas as transações do período que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

Exercício de 2024

- Aquisição de imobilizado em aberto no saldo de fornecedor no valor de R\$ 12.075;
- Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos capitalizados no valor de R\$ 18.763;
- Capitalização da amortização do custo de captação sobre empréstimos no valor de R\$ 335; e
- Aumento de capital através de AFAC no valor de R\$ 10.092.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em janeiro e fevereiro de 2025, a Companhia assinou Contratos de Negociação de Termo de Moeda no montante de US\$ 11.883.326 todos com vencimento até 31 de outubro de 2025.

---